



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

GRUPO I

DIREITO PENAL

PONTO 1

ESCOLAS DE DIREITO PENAL. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL. LEI PENAL E SUA APLICAÇÃO NO TEMPO. CONDUTA E RESULTADO. CAUSALIDADE NATURAL E IMPUTAÇÃO OBJETIVA. ANTIJURIDICIDADE: LEGÍTIMA DEFESA. IMPUTABILIDADE E INIMPUTABILIDADE. EXECUÇÃO DAS PENAS. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.

PONTO 2

PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE. LEI PENAL: INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO. ELEMENTOS DO TIPO E TIPCIDADE. ANTIJURIDICIDADE: ESTADO DE NECESSIDADE. CULPABILIDADE. EMOÇÃO E PAIXÃO. EMBRIAGUEZ. PUNIBILIDADE E CAUSAS DE EXTINÇÃO. CRIMES CONTRA A HONRA. CRIMES RELACIONADOS À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES.

PONTO 3

PRINCÍPIOS DA PESSOALIDADE. SUJEITOS E OBJETOS DO CRIME. DOLO, CULPA E PRETERDOLO. ANTIJURIDICIDADE: EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO E ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. CULPABILIDADE. COAÇÃO IRRESISTÍVEL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA. PENAS: APLICAÇÃO. CRIMES CONTRA A VIDA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

PONTO 4

BEM JURÍDICO-PENAL. PRINCÍPIOS DA OFENSIVIDADE, DA NECESSIDADE OU INTERVENÇÃO MÍNIMA E DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. LEI PENAL: APLICAÇÃO NO ESPAÇO. FATO TÍPICO. ETAPAS DO CRIME. EXCESSO NAS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO. CONCURSO DE PESSOAS. FINALIDADES DA PENA. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.

PONTO 5

PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS E DO RESPEITO AO PRESO. LEI PENAL: APLICAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS. FATO TÍPICO. ERRO DE TIPO. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. CULPABILIDADE. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. ESPÉCIES DE PENA. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. CRIMES ELEITORAIS.

PONTO 6

PRINCÍPIO DO RESPEITO AO PRESO. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL. ANTIJURIDICIDADE: CONSENTIMENTO DO OFENDIDO. CULPABILIDADE. CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE. CONCURSO DE CRIMES. MEDIDAS SOCIEDUCATIVAS. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PONTO 7

PRINCÍPIOS DA DETERMINAÇÃO TAXATIVA. A CONDUTA HUMANA NO DIREITO PENAL. CULPABILIDADE. ERRO SOBRE DESCRIMINANTES PUTATIVAS. ATOS INFRACIONAIS. APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA E A PAZ PÚBLICAS. CRIMES RELACIONADOS A ARMAS DE FOGO.

PONTO 8

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE E RETROATIVIDADE BENÉFICA DA LEI PENAL. FATO TÍPICO. CONCURSO DE PESSOAS. MEDIDAS DE SEGURANÇA. PRESCRIÇÃO. CRIMES CONTRA A INTEGRIDADE CORPORAL. CRIMES DE TORTURA. CRIMES MILITARES.

PONTO 9

PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA SANÇÃO PENAL. AÇÃO E OMISSÃO. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. CONCURSO DE CRIMES. PUNIBILIDADE E CAUSAS DE EXTINÇÃO. CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL. CRIMES RELACIONADOS À REPRESSÃO DA PRODUÇÃO E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS.

PONTO 10

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO DIREITO PENAL. FUNÇÕES DO TIPO PENAL. ERRO DE PROIBIÇÃO. CONCURSO DE PESSOAS. SISTEMAS PENITENCIÁRIOS. MEDIDAS DE SEGURANÇA. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CRIMES DE TRÂNSITO.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

GRUPO I

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO 1

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. NULIDADES. RECURSOS CRIMINAIS. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. SISTEMAS DE PROCESSO PENAL. BUSCA E APREENSÃO PESSOAL E DOMICILIAR.

PONTO 2

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. DEFESA TÉCNICA E AUTODEFESA. INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS ESPÉCIES DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. HABEAS CORPUS. REVISÃO CRIMINAL. TESTEMUNHAS. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

PONTO 3

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. AÇÃO PENAL PÚBLICA. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO E SUMÁRIO. SIGILOS BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL.

PONTO 4

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DA BUSCA DA VERDADE. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA. PROVAS. CITAÇÃO, NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES. PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI. COLABORAÇÃO PREMIADA. PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS.

PONTO 5

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DO NEMO TENETUR SE DETEGERE. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. SENTENÇA CRIMINAL E COISA JULGADA. MEIOS PROCESSUAIS E OPERACIONAIS DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E AOS CRIMES DE COLARINHO BRANCO E DE LAVAGEM DE DINHEIRO.

PONTO 6

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS ESPÉCIES DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. PROVAS. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. PROCEDIMENTO ESPECIAL DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PONTO 7

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DO JUIZ E DO PROMOTOR NATURAL. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. AÇÃO PENAL PÚBLICA. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO ACUSADO. PROCEDIMENTO ESPECIAL DOS CRIMES CONTRA A HONRA. APURAÇÃO DE ATO INFRAACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE.

PONTO 8

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. INQUÉRITO POLICIAL E OUTRAS ESPÉCIES DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. PROVAS. OFENDIDO. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO ESPECIAL PREVISTO NA LEI 11.343/2006.

PONTO 9

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS. LIBERDADE E PRISÃO PROVISÓRIAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. NULIDADES. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.

PONTO 10

DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO ACUSADO E DO INDICIADO. PRINCÍPIO DO NON BIS IN IDEM. RECURSOS CRIMINAIS. ATOS E PRAZOS PROCESSUAIS. AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA. EXECUÇÃO DAS PENAS E DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

GRUPO II

DIREITO PRIVADO

PONTO 1

LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL. NOÇÕES GERAIS DE OBRIGAÇÕES. POSSE. RELAÇÕES DE PARENTESCO. CASAMENTO: IMPEDIMENTOS, CAUSAS SUSPENSIVAS E INVALIDADE. ABERTURA DA SUCESSÃO E HERANÇA. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR.

PONTO 2

PERSONALIDADE E CAPACIDADE. ELEMENTOS ESSENCIAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL. USUFRUTO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR: PRESSUPOSTOS E CARACTERÍSTICAS. DIREITOS SUCESSÓRIOS DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO. FALÊNCIA.

PONTO 3

DOMICÍLIO. TRANSMISSÃO, ADIMPLEMENTO, INADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL. DIREITOS REAIS. DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO CONJUGAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA E SUCESSÃO LEGÍTIMA.

PONTO 4

ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES E FUNDAÇÕES. CONTRATOS EM ESPÉCIE. PROPRIEDADE. RECONHECIMENTO DE FILIAÇÃO. CESSÃO, ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DE HERANÇA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E MEDIDAS DE PROTEÇÃO.

PONTO 5

EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL: MORTE REAL E PRESUMIDA. BENS. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA. PODER FAMILIAR: CARACTERÍSTICAS, PERDA E SUSPENSÃO. REGISTROS PÚBLICOS. TÍTULOS DE CRÉDITO: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES.

PONTO 6

NEGÓCIO JURÍDICO: ELEMENTOS, REQUISITOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE. TEORIA GERAL E FORMAÇÃO DOS CONTRATOS. ADOÇÃO. REGIME DE BENS DO CASAMENTO: PRINCÍPIOS BÁSICOS, PACTO ANTENUPCIAL E ESPÉCIES. INVENTÁRIO E PARTILHA DE BENS. OFERTA E PUBLICIDADE: PRINCÍPIOS GERAIS.

PONTO 7

DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. REGIME DE BENS: ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIDADE. GUARDA DE FILHOS. EXCLUSÃO DA SUCESSÃO, HERANÇA JACENTE E VACANTE. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA. DIREITO DO CONSUMIDOR: FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PONTO 8

INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. EXCLUDENTES DA ILICITUDE DO ATO JURÍDICO. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR: REVISÃO, EXONERAÇÃO E EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. SOCIEDADES EMPRESARIAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR: VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇOS.

PONTO 9

DIREITOS DA PERSONALIDADE. PROPRIEDADE RESOLÚVEL E PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA. INSTITUTOS PROTETIVOS DO DIREITO DE FAMÍLIA: TUTELA E CURATELA. UNIÃO ESTÁVEL. TESTAMENTO, CODICILO E LEGADO. PRÁTICAS ABUSIVAS CONTRA O CONSUMIDOR.

PONTO 10

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. USUFRUTO E DIREITOS REAIS DE GARANTIA. HABILITAÇÃO DE CASAMENTO. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR: PRESSUPOSTOS E CARACTERÍSTICAS. SUBSTITUIÇÃO SUCESSÓRIA. PROTEÇÃO CONTRATUAL AO CONSUMIDOR.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

GRUPO II

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO 1

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

PONTO 2

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS. ALIMENTOS, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.

PONTO 3

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

PONTO 4

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.

PONTO 5

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO, AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PONTO 6

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PONTO 7

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

PONTO 8

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, EXECUÇÃO.

PONTO 9

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.

PONTO 10

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E DO PROCESSO COLETIVO, NORMAS PROCESSUAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL CIVIL, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA, AÇÃO, FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO, SUJEITOS DO PROCESSO, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, PROCESSO E PROCEDIMENTO, SENTENÇA E COISA JULGADA, PROCESSO NOS TRIBUNAIS, RECURSOS, PROCESSO CAUTELAR, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

GRUPO III

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

PONTO 1

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO ESTADO. CONSTITUCIONALISMO E SUA EVOLUÇÃO. ESTADO DE DIREITO E SUAS TRANSFORMAÇÕES. PRINCIPAIS DOUTRINAS FILOSÓFICAS DE SUSTENTAÇÃO DO ESTADO. SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DA ATUALIDADE. COMUNIDADES SUPRANACIONAIS E SOBERANIA ESTATAL.

PONTO 2

CONCEITO, ESTRUTURA E FUNÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL. NORMAS CONSTITUCIONAIS. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL. PODER CONSTITUINTE E LEGITIMIDADE DA CONSTITUIÇÃO. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO E DE REFORMA. POSSIBILIDADES E LIMITES DE ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL. ATO JURÍDICO PERFEITO, DIREITO ADQUIRIDO E COISA JULGADA ANTE A PERSPECTIVA DA MODIFICAÇÃO CONSTITUCIONAL (DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL).

PONTO 3

EVOLUÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO. PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS DA REPÚBLICA E AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO.

DIREITOS HUMANOS: CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA. TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. CONFLITOS. SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. IGUALDADE RACIAL.

PONTO 4

O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO, O PRINCÍPIO REPUBLICANO E O FEDERALISMO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL: UNIÃO, ESTADOS FEDERADOS, MUNICÍPIOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. INTERVENÇÃO NOS ESTADOS, NOS MUNICÍPIOS E NO DISTRITO FEDERAL. OS PODERES CONSTITUÍDOS – LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO – E RESPECTIVAS FUNÇÕES. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEMAIS INSTITUIÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA E À DEFESA DO ESTADO. SEGURANÇA PÚBLICA.

PONTO 5

TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. LEIS RESTRITIVAS DE DIREITOS. LIMITES, COLISÃO E CONCORRÊNCIA DE DIREITOS. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IGUALDADE E PROPORCIONALIDADE.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PONTO 6

CONTROLE JURISDICIONAL DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (LEI N.º 9.868/99), ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (LEI N.º 9.882/99). EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. RECLAMAÇÃO. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL E MUNICIPAL

PONTO 7

PROCESSO LEGISLATIVO. RECEPÇÃO E ADAPTAÇÃO FORMAL DO DIREITO ANTERIOR E DO DIREITO SUPERVENIENTE À CONSTITUIÇÃO (DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL). A INCORPORAÇÃO DE NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL AO DIREITO INTERNO. TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS. O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. IGUALDADE RACIAL.

PONTO 8

CONSTITUIÇÃO DE 1988. PRINCÍPIOS DA TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO. LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR. CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL. A REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E O PRINCÍPIO FEDERATIVO. SAÚDE. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E O DISTRITO FEDERAL. ORÇAMENTO PÚBLICO E FINANCIAMENTO DA SAÚDE.

PONTO 9

CONSTITUIÇÃO DE 1988. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA. POLÍTICA CONSTITUCIONAL URBANA E FUNDIÁRIA. DIRETRIZES DO PROGRAMA CONSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL; DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; DA COMUNICAÇÃO SOCIAL; DO MEIO AMBIENTE. RECURSOS HÍDRICOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO, DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DOS ÍNDIOS.

PONTO 10

DIREITOS POLÍTICOS. NACIONALIDADE. O EXERCÍCIO DA CIDADANIA. AÇÃO POPULAR, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, HABEAS DATA, HABEAS CORPUS, MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA. CONSELHOS NACIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE JUSTIÇA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

GRUPO III

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO 1

O DIREITO ADMINISTRATIVO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: CONCEITO; ABRANGÊNCIA E FONTES. CONTEÚDO DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: CARACTERÍSTICAS; PRINCÍPIOS APLICÁVEIS. PODERES ADMINISTRATIVOS. DESVIO DE PODER. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.

PONTO 2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA. AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS. DESESTATIZAÇÃO. PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM A INICIATIVA PRIVADA. TERCEIRO SETOR: VOLUNTARIADO, SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS, FUNDAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSES PÚBLICO.

PONTO 3

ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LICITAÇÃO E A CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TRATAMENTO CONSTITUCIONAL E PERFIL DA LEGISLAÇÃO INFRA CONSTITUCIONAL BÁSICA (LEI N.º 8.666/93).

PONTO 4

SERVIÇOS PÚBLICOS. A PRESTAÇÃO CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. AS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO: REGIME DAS LEIS 8.987/95 E 9.074/95. PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO.

PONTO 5

SERVIDOR PÚBLICO. REGIME CONSTITUCIONAL E REGIME LEGAL DOS SERVIDORES FEDERAIS E DO DISTRITO FEDERAL. REGIME JURÍDICO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO E DOS ESTADOS. REGIME JURÍDICO DOS POLICIAIS CIVIS E MILITARES DO DF. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

PONTO 6

PATRIMÔNIO PÚBLICO: BENS MATERIAIS E IMATERIAIS QUE O COMPÕEM; MEIOS DE PROTEÇÃO; AS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA SUA DEFESA. ORÇAMENTO PÚBLICO.

PONTO 7

DISTRITO FEDERAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEI ORGÂNICA. POLÍTICA URBANA E RURAL. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E RURAL (LEI N.º 6.766/79 E DECRETO-LEI N.º 58/37). ESTATUTO DA CIDADE. PLANO DIRETOR. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS À PROPRIEDADE PRIVADA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

29º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE

PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

PONTO 8

POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. POLÍTICA DISTRITAL DO MEIO AMBIENTE. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. PODER DE POLÍCIA: AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL, LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL.

PONTO 9

A EXPLORAÇÃO DIRETA DA ATIVIDADE ECONÔMICA PELO ESTADO: REGIME JURÍDICO; MONOPÓLIOS. O ESTADO COMO AGENTE NORMATIVO, DE FOMENTO E REGULADOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA. O CONTROLE DO PODER ECONÔMICO PELO ESTADO: REPRESSÃO A CONDUTAS ABUSIVAS (LEI N.º 8.884/94).

PONTO 10

MEIO AMBIENTE E URBANISMO. TUTELA CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA DO AMBIENTE. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E RURAL. PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL E SEUS DESDOBRAMENTOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS.